
DOUTRINA ADCOAS

***Reflexos da Lei 9.784/99 no Processo Administrativo
Disciplinar no Âmbito da Administração Federal***

(Dr. Antônio Carlos Alencar Carvalho)
(1018686 — Pág. 62)

***Regime Prisional
e a Progressão***

(Dr. Umberto Luiz B. D'Urso)
(1018687 — Pág. 64)

***O que Tem o Menor de Idade a Ver com as
Licitações? (A Despropositada Alteração
da Lei 8.666/1993 Pela Lei 9.854/1999)***

(Dr. Sidney Bittencourt)
(1018690 — Pág. 80)

***A Supremacia do Advogado
em Face do 'Jus Postulandi'***

(Dr. Mario Antonio Lobato de Paiva)
(1018689 — Pág. 65)

***O que É Prestação Jurisdicional
(Ajuste Necessário)***

(Dr. Humberto Gomes de Barros)
(1018685 — Pág. 82)

ACÓRDÃOS
VIA FAX 24 HORAS
0800-991191

EDITORA ESPLANADA



O que É Prestação Jurisdicional (Ajuste Necessário) (1018685)

Humberto Gomes de Barros

Ministro do STJ

Em setembro de 1999, atendendo a honroso convite da Ordem dos Advogados do Brasil, compareci à XVII Conferência Nacional dos Advogados (Rio de Janeiro, 1-9-99). Dissertei sobre a necessidade de se efetuar reforma em nossa cultura judicial. A reforma — sustentei — deve anteceder a tão apregoada reforma constitucional do Poder Judiciário. A mudança cultural dependeria, em substancial parte, de singelas alterações em textos de leis ordinárias.

Resumi minha proposta em várias proposições. Dessas, relembro duas, cuja adoção parece-me tão fácil quanto urgente. Ei-las:

"1 — É necessário ajustar-se o conceito de prestação jurisdicional, para estabelecer que a sentença não encerra a lide e o Estado-Juiz somente cumpre seu dever, quando entrega à parte vitoriosa o bem da vida objeto do litúgio;

2 — Não faz sentido a sucessão de três processos autônomos, visando respectivamente ao conhecimento, à liquidação e à execução. Urge alterar-se o art. 459 do CPC, para se vedar, em qualquer hipótese, a emissão de sentença ilíquida. Necessário, também, alterar-se a Lei Processual, para fazer com que a intimação da coisa julgada inicie, automaticamente, a execução da sentença;"

Para justificar essas indicações, desenvolvi breve argumentação, cujos termos passo a reproduzir:

Como todos nós sabemos, a função jurisdicional tem como escopo compor litígios, com a supremacia da pretensão do litigante vitorioso, substituindo-se a vontade do derrotado.

Ao exercer o direito de ação, o autor torna-se credor do Estado. Este passa a dever-lhe a solução do

conflito. Por isso, afirma-se que a sentença corresponde à entrega da prestação jurisdicional. Hoje se entende que tal entrega pode ocorrer de várias formas:

a) declaração de que o demandante não pode reclamar o direito (por efeito de prescrição, decadência etc.);

b) declaração de que a pretensão do autor é procedente (ou improcedente);

c) condenação do réu.

Nosso Código de Processo Civil afirma que, com a sentença, o Estado cumpre sua função, entregando a prestação jurisdicional. Se o derrotado não obedece à condenação, deve o vitorioso promover a liquidação, se a sentença for ilíquida (o que ocorre constantemente) e, após, propor a execução.

Temos, então, três processos autônomos e sucessivos. Todos eles com potencial de acesso ao Superior Tribunal de Justiça e ao Supremo Tribunal Federal.

Para os doutrinadores, a autonomia dos processos homenageia a ciência processual.

Peço vênia para discordar. Para tanto, figuro uma hipótese: a prosaica situação do taxista que tem seu automóvel destruído em acidente de trânsito.

Indago: quando o infeliz taxista pede socorro ao Judiciário, ele pretende a simples condenação do causador do dano?

Eu mesmo respondo: a pretensão da vítima é ver seu veículo recuperado, prestando serviços e produzindo renda necessária à sobrevivência de seu proprietário. A simples condenação do culpado em nada minora a

angústia do trabalhador privado de seu ganha-pão. Assim, o Estado deve ao taxista acidentado muito mais que a retórica condenação do adversário: deve-lhe o efetivo ressarcimento do dano. Se assim ocorre, prestação jurisdicional não é a singela condenação de uma das partes, mas a efetiva satisfação da parte vitoriosa.

A tripartição dos processos, a meu sentir, carece de qualquer sentido prático. Resultam dela três consequências socialmente nefastas: a sobrecarga do Poder Judiciário, que é forçado a tríplice esforço; a frustração do litigante vitorioso e o locupletamento do causador do dano.

Sem a solução para tal anomalia, o Judiciário necessitará de juízes em triplo para evitar a jactância do derrotado.

É necessário, pois, ajustar-se o conceito de prestação jurisdicional.

A meu sentir, o ajuste não requer maiores esforços, bastam duas singelas providências:

a) reforma no art. 459, parágrafo único, do CPC, vedando-se, em qualquer hipótese, a emissão de sentença ilíquida;

b) alteração do art. 580 da Lei Processual, para que a intimação do trânsito em julgado se transforme no primeiro ato da execução.

Minhas sugestões caíram no vazio. Pelo menos, não vi qualquer referência a elas nos vários comentários desenvolvidos em torno da conferência. Explica-se o esquecimento: a conferência girava em torno do mote *Utopia e Realidade*. Ora, o advogado é, por natureza, um ser quixotesco, paladino das grandes causas, cultor das soluções heróicas. Natural, pois, a opção pela utopia, e o desprezo pela realidade. Por isso, somente “renderam IBOPE” os grandes temas (Controle externo, Súmula vinculante e quejandos). Questões terra-a-terra mereceram compreensível desprezo.

Passada a euforia utópica, ousou retornar ao tema. Faço-o em termos pragmáticos, no estilo *Sancho Pança*. Para economizar espaço e paciência do leitor, lembro velho método da maiêutica, para formular três perguntas:

a) é justo que o pobre taxista vitimado pelo acidente seja forçado a demandar três vezes o Judiciário para ter de volta seu instrumento de sobrevivência?

b) Em tempos “cabeludos”, de aperto financeiro, é correto fazer com que os Juízes sejam compelidos a decidir, por três vezes, um mesmo conflito de interesses? — Não podemos esquecer que, em diminuindo o número de processos, reduz-se a necessidade de Juízes, cartórios e serventuários. Vale dizer: os Juízos hoje em funcionamento renderiam muito mais. Reduzir-se-ia sensivelmente a necessidade de criarem-se novos cargos e ampliarem-se os tribunais já existentes;

c) Para que serve uma sentença condenatória ilíquida?

Acredito que daríamos um grande passo, para aumentar o rendimento de nosso Aparelho Judiciário, se modificássemos o parágrafo único dos arts. 459 e 580. Estes dispositivos passariam a dizer:

Art. 459 — ...

Parágrafo único — É vedado ao Juiz proferir sentença ilíquida. A liquidação do pedido, se necessária, ocorrerá no processo de conhecimento.

Art. 580 — A intimação da sentença condenatória passada em julgado inicia, independentemente de qualquer formalidade, a execução.

Com esta singela alteração, acredito, afinar-se-ia pela realidade o conceito de prestação jurisdicional.

Posso não estar correto. É provável que esteja errado. No entanto, ainda não ouvi qualquer argumento convincente em sentido contrário.